

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
- APPA

ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A)

Pregão eletrônico nº 177/2025

FEACONSPAR - FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 68.801.745/0001-93, com sede a Rua Duque de Caxias, nº 191, São Francisco, Curitiba, PR – CEP: 80.510-040, vem, mui respeitosamente a presença de Vossa Senhoria, por intermédio de seus advogados regularmente constituídos (procuração em anexo),

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

Diante das razões de fato e de direito a seguir explicitadas.

DOS MOTIVOS DA IMPUGNAÇÃO

O presente processo visa a contratação de:

OBJETO

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação, com o fornecimento de mão de obra e todos os materiais de limpeza, higiene pessoal, equipamentos, ferramentas, veículos e combustível, para manutenção e conservação das edificações da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, por um período de 30 (trinta) meses, prorrogável por igual período, de acordo com a legislação vigente e conforme escopo, especificação dos serviços e demais condições presentes no Termo de referência, Edital e anexos.

O detalhamento dos serviços a serem executados estão descritos nos itens 3 a 10 (três a dez) do Termo de referência. A estimativa de insumos e fluxo de movimentação constam do **ANEXO** do Termo de referência.

DA INEXISTENCIA DA PLANILHA DE PREÇOS

Por se tratar de contratação de mão de obra com dedicação exclusiva (Art. 6º, XVI da Lei 14.133/21 e art. 17 da IN nº 05/2017) se faz obrigatório a planilha de custos com a descrição dos itens que compõem o valor final de cada contratação.

Tanto o edital como o anexo onde consta o termo de referência fazem referência exclusivamente quanto ao valor total dos serviços a serem executados.

A obrigatoriedade/necessidade de planilhas que componham o valor dos serviços é de observância cogente, sendo inválido a forma genérica como se encontra discriminado no edital e seus anexos.

Neste sentido também foi o entendimento do Tribunal de Contas da União no Acórdão nº 034.059/2013-0, que assim entendeu:

“REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. “SISTEMA S”. INEXISTÊNCIA DE ORÇAMENTO ESTIMADO EM PLANILHAS

DE QUANTITATIVOS E PREÇOS UNITÁRIOS. PROCEDÊNCIA PARCIAL. CIÊNCIA.”

Já no Acórdão nº 1170/208 o TCU definiu que:

“Quanto à documentação necessária à contratação, a irregularidade pela qual os recorrentes foram responsabilizados não se relaciona com a verificação da presença de disponibilidade orçamentária, mas sim com a existência de documento preliminar a esta exigência, qual seja, o orçamento estimativo do valor da contratação, detalhado em seus custos unitários. **O documento comparativo de propostas de preços apresentado como 'orçamento da contratação' foi considerado insuficiente para atender ao art. 40, § 2º, inciso II da Lei 8.666/1993 por ter se limitado à comparação de preços ofertados por quatro empresas, não havendo nenhum tratamento dos custos unitários a serem enfrentados pelos fornecedores, como exige o art. 7º, § 2º, inciso II, da Lei 8.666/1993.**”

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná adota o mesmo posicionamento, conforme consta no Acórdão nº 3110/2024 (26/9/2024):

“A contratação objeto dos autos, porém, se refere à prestação de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva, fazendo-se imprescindível a apresentação da planilha de custos a fim de viabilizar a avaliação da exequibilidade do preço, a fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais, e eventual repactuação.”

Assim, como se observa é necessário a existência da planilha de custos das funções serem executadas.

Nesta toada, é mister observar os pisos salariais, o valor do vale alimentação (inclusive nas férias) e demais benefícios devidos ao

trabalhador tais como assistência médica, benefício social e qualificação profissional, conforme previsto na convenção coletiva de trabalho que segue em anexo.

DA DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA CLAUSULAS DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO (Art 63, §1º da Lei 14.133/2021)

A atual lei de licitações que está em vigência (Lei nº 14.133/2021) **determina** que as empresas participantes do certame apresentem declaração que cumprem integralmente a Constituição Federal, das normas infralegais, as **convenções coletivas de trabalho** e demais legislações pertinentes.

A **não apresentação** desta declaração **impõe a desclassificação** do participante do certamente.

Assim é a letra da lei 14.133/2021:

“Art. 62. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em:

(...)

§ 1º Constará do edital de licitação cláusula que exija dos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.(...)”

Contudo, o Edital é omissivo quanto a exigência da apresentação de declaração prevista na lei, assim, o Edital deve ser retificado para inserir a exigência da apresentação desta declaração sob pena de desclassificação.

DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO A SER UTILIZADA

É conveniente e oportuno salientar que, ao contrário do que foi entendido junto ao pedido de esclarecimento (pedido em anexo), onde afirma que a convenção coletiva de trabalho a ser considerada é do SINEEPRES, importa esclarecer que este entendimento está equivocado, na medida que o certame visa a contratação de empresa para fornecimento de mão de obra para prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação.

Para estes serviços o sindicato que representa estes trabalhadores é o SIEMACO, cuja convenção coletiva de trabalho segue em anexo.

DO PEDIDO

Tendo em vista o acima exposto se requer:

- a) inclusão de planilha dos valores que compõe o custo da mão de obra de forma detalhada;
- b) a obrigatoriedade de apresentação a declaração de que a proposta contempla integralmente a convenção coletiva da categoria;
- c) a utilização da CCT registrada no MTE sob nº 000074/2025.

Nestes termos pede e espera deferimento.



Curitiba, 23 de abril de 2025.



RAUL DE ARAUJO SANTOS
OAB/PR nº 31.096

Luciana Stringhini
OAB/PR nº 29.863

André Oliveira da Silva
OAB/PR nº 63.571